



2º DIAGNÓSTICO DE SUSTENTABILIDADE DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (RFEPCT)

Luciana Leal Pimentel Oliveira
Wilson José Vieira da Costa

Assistec
Inova

 **INSTITUTO FEDERAL**
Espírito Santo

 **CONIF**
CENTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

2º DIAGNÓSTICO DE SUSTENTABILIDADE DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (RFEPCT)

Luciana Leal Pimentel Oliveira
Wilson José Vieira da Costa

Brasília, 2026

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC
Camilo Santana/Ministro

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SETEC/MEC

Marcelo Bregagnoli
Secretário

Sérgio Pedini
Diretoria de Articulação e Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica

Marcela Ferreira Paes
Coordenadora-Geral de Incentivo à Cooperação e Inovação da Educação Profissional e Tecnológica

**CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - CONIF**

Júlio Xandro Heck
Presidente

Nilra Filgueira
Vice-Presidente de Administração

José Carlos de Sá
Vice-Presidente de Administração

Rafael Bastos Teixeira
Vice-Presidente de Gestão de Pessoas

Veruska Machado
Vice-Presidente de Relações Institucionais

Elaine Cassiano
Coordenadora da Câmara de Desenvolvimento Institucional

Wilson José Vieira da Costa
Coordenador do Fórum de Desenvolvimento Institucional (FDI)
Comissão de Sustentabilidade do FDI

ELABORAÇÃO

Luciana Leal Pimentel Oliveira

Assessora Técnica em Sustentabilidade do Assistec Inova

Wilson José Vieira da Costa

Coordenador do FDI/CONIF

REVISÃO TEXTUAL

Denise Ferreira

DIAGRAMAÇÃO

Fabrcio Vieira de Oliveira

PERÍODO DE LEVANTAMENTO DOS DADOS

16/06/2025 A 15/08/2025

Sumário

APRESENTAÇÃO	6
1 RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO	7
1.1 Planejamento Estratégico Institucional	10
1.2 Estrutura Institucional para Sustentabilidade	12
1.3 Política de Sustentabilidade nas Instituições da Rede Federal	13
1.4 Plano de Logística Sustentável (PLS)	15
1.5 Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)	18
1.6 Práticas de Sustentabilidade	20
1.6.1 Relatórios de Sustentabilidade	22
1.6.2 Projetos de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação	22
1.6.3 Ofertas de Curso de Capacitação	25
2 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
ANEXO	34



APRESENTAÇÃO

O presente relatório apresenta os resultados do 2º Diagnóstico de Sustentabilidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, realizado em 2025. O objetivo é fornecer um panorama atualizado sobre a adoção de políticas e práticas de Sustentabilidade nos Institutos Federais, apoiando o planejamento de ações estratégicas dos projetos Assistec Inova em parceria com o Fórum de Desenvolvimento Institucional (FDI/CONIF). Este levantamento busca identificar avanços, desafios e oportunidades, contribuindo para o fortalecimento da Sustentabilidade Institucional e o alinhamento com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O 1º Diagnóstico, realizado em 2023, permitiu estabelecer uma referência inicial sobre a implementação de políticas e programas de Sustentabilidade na Rede Federal. A experiência adquirida nesse levantamento possibilitou aprimorar a metodologia; ampliar a participação das Instituições; além de orientar a elaboração de estratégias de assistência técnica e capacitação voltadas ao fortalecimento da gestão ambiental e à promoção de práticas sustentáveis em toda a Rede. Esta atualização mantém a continuidade do levantamento anterior, aprofundando a coleta de informações sobre políticas, estruturas, práticas e indicadores de Sustentabilidade. O documento busca consolidar informações para orientar a tomada de decisão, apoiar a formulação de Planos de Logística Sustentável (PLS) e identificar oportunidades, estruturas e boas práticas em Sustentabilidade que possam ser disseminadas na Rede.



1 RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO

O 2º Diagnóstico de Sustentabilidade contou com a participação de 41 instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O levantamento teve como objetivo consolidar informações sobre práticas, estruturas e iniciativas voltadas à Sustentabilidade, fornecendo visão abrangente do cenário atual e permitindo identificar avanços, lacunas e oportunidades para aprimorar políticas e planos institucionais.

Todas as perguntas foram respondidas por gestores ou servidores designados, demonstrando o compromisso institucional em fornecer informações precisas sobre iniciativas, práticas e estruturas voltadas à Sustentabilidade (Quadro 1). Essa participação expressiva evidencia que as instituições reconhecem a importância da Sustentabilidade como parte de sua estratégia de gestão e de desenvolvimento institucional.

Quadro 1 — Identificação dos representantes institucionais responsáveis pelo preenchimento do formulário

Instituição	Responsável pela resposta
Instituto Federal Baiano	Mateus Melo da Silva
Instituto Federal de Alagoas	Fábio Ribeiro/Letácio Lucena Freitas Júnior
Instituto Federal de Pernambuco	Diogo Henrique Fernandes da Paz
Instituto Federal da Amapá	Catiano da Silva Gama
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	Aline Guimarães Monteiro Trigo
Instituto Federal de Minas Gerais	Camila Maria Barbosa dos Santos
Colégio Pedro II	Sayonara Brito de Sousa
Instituto Federal Goiano	João Hélio da Silva Pereira
Instituto Federal de Goiás	Luciano Perilo
Instituto Federal de Sergipe	Eduardo Carpejani
Instituto Federal do Triângulo Mineiro	Marcos César Eugênio Botta
Instituto Federal do Espírito Santo	Danielli Veiga Carneiro Sondermann
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	Eduardo Sales Machado Borges
Instituto Federal do Sul de Minas	João Paulo Silveira de Almeida
Instituto Federal de Santa Catarina	Rodrigo da Silva
Instituto Federal Catarinense	Mário Lucio Roloff
Instituto Federal do Amazonas	Tiago Garantizado
Instituto Federal Fluminense	Fernando Rufino de Barros
Instituto Federal do Rio Sul Grandense	Mauro André Barbosa Cunha

Instituição	Responsável pela resposta
Instituto Federal do Rio Grande do Norte	Raphael Siqueira Fontes
Instituto Federal de Brasília	Valdiná Regis Lopes Feitosa
Instituto Federal do Mato Grosso	Lenoir Hoeckesfeld
Instituto Federal do Paraná	Roberto Teixeira Alves
Instituto Federal do Acre	Emanoel Amador Reis Neto
Instituto Federal de Roraima	Ediléia Sousa Araújo
Instituto Federal do Piauí	Paulo Henrique Gomes de Lima
Instituto Federal de São Paulo	Rodrigo de Benedictis Delphino
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	Helmer Soares Veloso
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	Henrique Elias Borges
Instituto Federal da Paraíba	Anderson Braulio Nobrega da Silva
Instituto Federal do Ceará	Stenio Wagner Pereira de Queiroz
Instituto Federal do Tocantins	Raquel Aparecida Mendes Lima
Instituto Federal Farroupilha	Luciana Dalla Nora dos Santos
Instituto Federal do Rio de Janeiro	Luiz Felipe Machado de Sant'Anna Neto
Instituto Federal do Pará	Luciana Leal Pimentel Oliveira/Túlio Silva
Instituto Federal do Maranhão	Georgiana Eurides de Carvalho Marques
Instituto Federal do Rondônia	Mauro Henrique Miranda de Alcântara
Instituto Federal do Sertão Pernambucano	Klemmerson Amariz Gomes

Instituição	Responsável pela resposta
Instituto Federal do Mato Grosso do Sul	Diego Tadeu da Silva
Instituto Federal da Bahia	Elis Fabia Lopes Cabral
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	Liziane Garcia Torchelsen

Fonte: FDI/Conif e Assistec Inova, Setec/MEC, 2025

A participação das 41 instituições demonstra o elevado comprometimento da Rede Federal em colaborar com o levantamento e reforça a importância da Sustentabilidade como pauta estratégica. Esse engajamento inicial é um indicativo positivo da disposição das instituições em contribuir para políticas e práticas que promovam a gestão socioambiental, além de fortalecer a integração e a cooperação entre os institutos da Rede.

Para fins de análise e compreensão dos resultados, os dados foram organizados em seis eixos principais, apresentados nas seções seguintes: **(1) Planejamento Institucional, (2) Estrutura Institucional de Sustentabilidade, (3) Política de Sustentabilidade, (4) Plano de Logística Sustentável (PLS), (5) Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e (6) Práticas de Sustentabilidade**, envolvendo projetos iniciativas e atividades desenvolvidas nas Instituições.

1.1 Planejamento Estratégico Institucional

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o principal instrumento de planejamento estratégico das instituições de ensino da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT). Ele estabelece as diretrizes e metas para o desenvolvimento acadêmico, administrativo e socioambiental da instituição, garantindo alinhamento com políticas públicas, demandas da sociedade e padrões de qualidade da educação. O PDI é fundamental para integrar a Sustentabilidade ao planejamento institucional, orientando a definição de políticas, programas, projetos e ações voltados para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dessa forma, ele promove uma atuação institucional coesa e alinhada à agenda global de desenvolvimento sustentável.

A análise do compromisso explícito com a Sustentabilidade na missão, visão e/ou valores das instituições da Rede Federal evidencia que a maioria já reconhece como princípio orientador de sua atuação. Dos 41 institutos, Cefets e Colégio Pedro II, aproximadamente 80% declararam ter compromisso formal, refletindo a incorporação da agenda socioambiental na identidade institucional. Por outro lado, algumas instituições ainda não possuem menção explícita à Sustentabilidade em seus documentos institucionais de missão, visão ou valores.

Referente à análise dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) sob a perspectiva dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), observa-se diversidade na forma como esses objetivos são incorporados. Algumas instituições contemplam os 17 ODS, evidenciando alinhamento amplo e consistente com a agenda global de desenvolvimento sustentável. Outras apresentam aderência parcial, priorizando determinados objetivos em seus direcionamentos estratégicos. De modo geral, entre os ODS mais frequentes mencionados nos PDIs, destacam-se:

- ODS 4 (Educação de qualidade);
- ODS 5 (Igualdade de gênero);
- ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico);
- ODS 10 (Redução das desigualdades);
- ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura);
- ODS 12 (Consumo e produção responsáveis) e,
- ODS 17 (Parcerias e meios de implementação).



1.2 Estrutura Institucional para Sustentabilidade

As instituições responderam sobre a existência de unidades formalizadas (Figura 1) para a gestão da Sustentabilidade, como comissões, coordenadorias, núcleos ou diretorias, reconhecendo a importância dessas estruturas na coordenação centralizada, definição de responsabilidades, acompanhamento de indicadores e articulação entre diferentes *campi* e unidades da Reitoria, o que fortalece a governança institucional.

Figura 1 — Estruturas de Sustentabilidade existentes nos Institutos Federais



Fonte: FDI/Conif e Assistec Inova, Setec/MEC, 2025

A análise dos dados coletados indica que cerca de 58% das 41 instituições possuem unidades formalizadas para a gestão da Sustentabilidade, enquanto 32% não contam com estrutura institucional definida para essa área e 10% das instituições não forneceram resposta, conforme números apresentados na Figura 1.

No geral, a Rede Federal apresenta avanços significativos na institucionalização da Sustentabilidade, com mais da metade das instituições já estruturadas. No entanto, ainda existem lacunas importantes, pois cerca de 32% das instituições não possuem unidade formalizada, o que pode dificultar a coordenação de ações, o monitoramento de indicadores e a implementação efetiva das políticas. A formalização de unidades específicas, o alinhamento do PDI aos ODS e o compromisso explícito na missão, visão e valores, constituem pilares fundamentais para consolidar a Sustentabilidade como eixo estratégico da atuação institucional.

1.3 Política de Sustentabilidade nas Instituições da Rede Federal

A Política de Sustentabilidade nas instituições federais de educação é um instrumento estratégico para promover práticas que reduzem impactos ambientais, valorizam a diversidade, otimizam recursos e fortalecem a transparência e a ética institucional. O levantamento realizado inclui a existência de políticas formais, o ano de implementação e o acesso aos documentos institucionais, permitindo avaliar o grau de maturidade e consolidação das ações de Sustentabilidade.

De acordo com o Diagnóstico de Sustentabilidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), das 41 instituições analisadas, 19 possuem Política de Sustentabilidade formal (44%), enquanto 22 não possuem política (54%) e uma instituição (2%) encontra-se em processo de desenvolvimento.

Esses dados evidenciam a necessidade de ampliação e fortalecimento das políticas institucionais. A seguir, a Tabela 1 com a proporção de instituições que possuem Política de Sustentabilidade formal por região:

Tabela 1 – Distribuição regional das Instituições da RFEPCT segundo a situação da Política de Sustentabilidade

Região	Instituições respondentes (Total)	Com Política de Sustentabilidade publicada ou em desenvolvimento	Sem Política de Sustentabilidade publicada	(%) SIM OU EM DESENVOLVIMENTO	(%) NÃO
NORTE	7	4	3	57%	43%
NORDESTE	11	6	5	55%	45%
CENTRO-OESTE	5	1	4	20%	80%
SUDESTE	12	4	8	33%	67%
SUL	6	4	2	67%	33%
TOTAL GERAL	41	19	22	46%	54%

Fonte: FDI/Conif e Assistec Inova, Setec/MEC. 2025

O levantamento revela que a região Sul apresenta o maior percentual de instituições com política formal (67%), seguida pelo Norte (57%) e pelo Nordeste (55%). Já o Sudeste registra baixa adesão (33%), enquanto o Centro-Oeste apresenta o menor índice (20%), indicando lacunas significativas na formalização das políticas. No panorama geral, apenas 46% das instituições possuem uma política formal consolidada, mostrando que menos da metade da Rede Federal formalizou suas diretrizes de Sustentabilidade. Embora algumas regiões apresentem níveis relativamente altos de adoção de políticas, a maioria das instituições ainda carece de uma política consolidada. Isso evidencia oportunidades claras para fortalecer a Sustentabilidade, promover integração entre políticas e padronizar práticas sustentáveis em toda a Rede Federal.

Entre as instituições que já implementaram políticas, nota-se uma evolução gradual ao longo do tempo. As primeiras políticas foram estabelecidas em 2015 (2 instituições), seguidas por implantações em 2017 (2), 2018 (3), 2020 (1) e 2021 (1). A partir de 2023, observa-se um movimento mais intenso, com adoções e atualizações em 2023 (2), 2024 (3) e 2025 (4). Tal fato evidencia uma tendência recente de consolidação e mais alinhamento com a agenda climática e socioambiental nacional e internacional. A distribuição detalhada das instituições segundo o ano da política de Sustentabilidade mais recente encontra-se apresentada na Tabela 2.

Tabela 2 — Panorama do Ano da Política de Sustentabilidade nas Instituições

Ano de publicação da versão mais recente da Política de Sustentabilidade	Quantidade de Instituições
Não tem Política	22
2015	2
2017	2
2018	3
2020	1
2021	1
2023	2
2024	3
2025	4

Ano de publicação da versão mais recente da Política de Sustentabilidade	Quantidade de Instituições
Em desenvolvimento	1
Total	41

Fonte: FDI/Conif e Assistec Inova, Setec/MEC, 2025

Desta forma, é possível identificar três perfis institucionais distintos: (1) instituições avançadas, que já implementaram e atualizaram recentemente suas políticas; (2) instituições intermediárias, com políticas antigas ou desatualizadas; e (3) instituições iniciantes, que ainda não introduziram nenhum documento formal. Esse diagnóstico sinaliza a necessidade de ações diferenciadas de indução e apoio técnico, considerando o estágio de maturidade de cada instituição e buscando promover mais homogeneidade e consolidação das práticas de Sustentabilidade na Rede Federal.

1.4 Plano de Logística Sustentável (PLS)

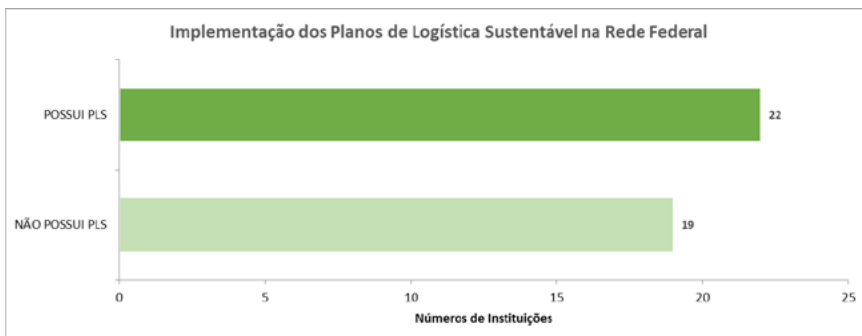
O Plano de Logística Sustentável (PLS) é um instrumento estratégico essencial para a Rede Federal, destinado a orientar práticas institucionais de logística com foco em Sustentabilidade, eficiência e conformidade com a Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021 e com Seges MGI nº 5.736/2023, no que se refere à gestão de recursos, consumo responsável, redução de impactos ambientais e promoção da Sustentabilidade. Por meio do PLS, as instituições podem estabelecer metas e indicadores de desempenho relacionados a consumo de energia, água, resíduos, compras sustentáveis, transporte e mobilidade, entre outros, garantindo eficiência operacional e adequação a normas e diretrizes nacionais de Sustentabilidade.

A análise dos dados coletados mostra que, das 41 instituições pesquisadas, 22 instituições (54%) possuem PLS, enquanto 19 instituições (46%) não possuem, indicando que quase metade da Rede Federal precisa avançar na formalização desse plano. Entre as instituições que adotam o PLS, 9 instituições (41% das que possuem PLS) trabalham com modelo centralizado, concentrando a gestão na Reitoria, enquanto 14 instituições (64% das que possuem PLS) adotam modelo descentralizado, distribuindo a gestão entre Reitoria e *campi*. Uma instituição (5%) não forneceu informação sobre a forma de implementação. A análise dos dados está resumida na Tabela 4 e na Figura 2.

Tabela 4 — Distribuição Regional da Implementação do PLS nas Instituições da Rede Federal

Região	Total de Instituições	Com PLS publicado	Sem PLS publicado	(%) com PLS	(%) sem PLS
NORTE	7	4	3	57%	43%
NORDESTE	11	4	7	36%	64%
CENTRO-OESTE	5	2	3	40%	60%
SUDESTE	12	8	4	67%	33%
SUL	6	4	2	67%	33%
TOTAL GERAL	41	22	19	54%	46%

Fonte: FDI/Conif e Assistec Inova, Setec/MEC, 2025.

Figura 2 — Quantitativo de implementação do PLS

Fonte: Assistec Inova.

A análise revela um cenário heterogêneo quanto à implementação e maturidade do PLS, refletindo diferentes níveis de desenvolvimento institucional e de integração das práticas de Sustentabilidade. No recorte regional, observa-se que as regiões Sudeste e Sul apresentam o maior índice de adesão, ambas com 67% das instituições possuindo PLS, o que revela maior índice de consolidação desse mecanismo de Sustentabilidade em tais localidades.

A região Norte também apresenta desempenho positivo, com 57% das instituições já estruturadas. Por outro lado, os índices mais baixos estão no Nordeste (36,4%) e no Centro Oeste (40%), onde a maioria das instituições ainda não formalizou seus planos, o que indica maior necessidade de indução e apoio técnico. Essas diferenças regionais demonstram que, embora o PDLS esteja em processo de consolidação em parte da Rede Federal, a expansão ainda é desigual. O fato de quase metade das instituições não possuírem PDLS compromete a padronização da gestão socioambiental e dificulta a integração das ações sustentáveis em escala nacional. O panorama reforça a necessidade de políticas de incentivo que promovam homogeneidade entre as regiões, estimulando especialmente aquelas que apresentam os índices mais baixos de adesão.

Nesse contexto, a Portaria Seges/MGI nº 5.736/2023 oferece diretrizes claras e uniformes para a elaboração e acompanhamento dos Planos de Logística Sustentável. A observância desse normativo pode contribuir não apenas para ampliar a adesão ao PDLS em todo o território nacional, mas também para fortalecer a qualidade das ações já implementadas, garantindo maior alinhamento entre as instituições da Rede Federal e consolidando a Sustentabilidade como eixo transversal da gestão pública.

A análise aponta que a adesão ao novo normativo ainda é incipiente nos Institutos Federais. Menos de um quarto das instituições já alinham seus planos às novas diretrizes, o que demonstra avanços pontuais, mas não generalizados. Entre as instituições que já possuem PLS, a maioria (61%) ainda não segue integralmente o modelo atualizado. Isso sugere que muitos planos foram elaborados com base em normativas anteriores e não passaram por processos de revisão ou atualização, o que pode comprometer a efetividade das ações de Sustentabilidade diante das exigências mais recentes.

Quanto ao monitoramento, os dados mostram que apenas uma parte das instituições que possuem PLS estabeleceu sistemas de acompanhamento de indicadores. A frequência de publicação de relatórios de monitoramento varia entre as instituições, com periodicidades anuais, semestrais ou sem definição clara.

Esse panorama reforça a necessidade de uma estratégia diferenciada de apoio às instituições: de um lado, estimular a atualização dos PLS já existentes; de outro, fomentar a elaboração daqueles que ainda não foram implementados. A adoção homogênea e alinhada ao novo marco legal é essencial para firmar a Sustentabilidade como eixo transversal da gestão na Rede Federal.

1.5 Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa nacional coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), que visa estimular a adoção de práticas de Sustentabilidade na gestão pública. Por meio da A3P, gestores e instituições públicas são incentivados a incorporar princípios e critérios de responsabilidade socioambiental em suas atividades cotidianas, promovendo o uso racional de recursos naturais, a redução de impactos ambientais e a melhoria da eficiência administrativa. A importância do programa reside na capacidade de integrar a Sustentabilidade ao planejamento e à execução das políticas institucionais, fortalecendo a cultura organizacional voltada à responsabilidade ambiental e promovendo transparência, governança e alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

No contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a adesão à A3P ainda é incipiente. Os dados revelam que das 41 instituições analisadas, apenas 5 (aproximadamente 12%) formalizaram adesão e executam as diretrizes do programa:

- Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS);
- Instituto Federal do Tocantins (IFTO);
- Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IF Sul de Minas);
- Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ);
- Instituto Federal do Pará (IFPA);

Uma instituição encontra-se em processo de adesão; 18 instituições (44%) ainda não aderiram, mas indicaram intenção de participação futura; 14 instituições (34%) não aderiram e não manifestaram intenção; e 3 instituições (7%) não responderam sobre o tema.

Estes dados indicam que, embora o conceito da A3P seja reconhecido como relevante para a gestão institucional, sua efetivação ainda depende de mobilização e integração com os planos estratégicos e políticas internas de Sustentabilidade das instituições.

O site do MMA apresenta informações detalhadas sobre o Programa A3P. Acesse pelo endereço <<http://a3p.mma.gov.br/>> e tenha acesso a cursos, palestras, seminários e orientações sobre como implantar e sobre o sistema ResSoa. O sistema ResSOA é uma plataforma virtual de monitoramento de gestão socioambiental disponibilizada pelo MMA para instituições que aderiram ao Programa A3P. O Selo A3P de Sustentabilidade é concedido anualmente para organizações que preenchem, consolidam e enviam todos os dados à plataforma MMA ResSoa.

Entre as poucas instituições que implementam a A3P, observa-se engajamento diferenciado no monitoramento e na busca pela certificação, mas o número ainda é insuficiente para representar uma prática consolidada na Rede Federal.

Figura 3 — Exemplo de Certificado de Adesão à A3P

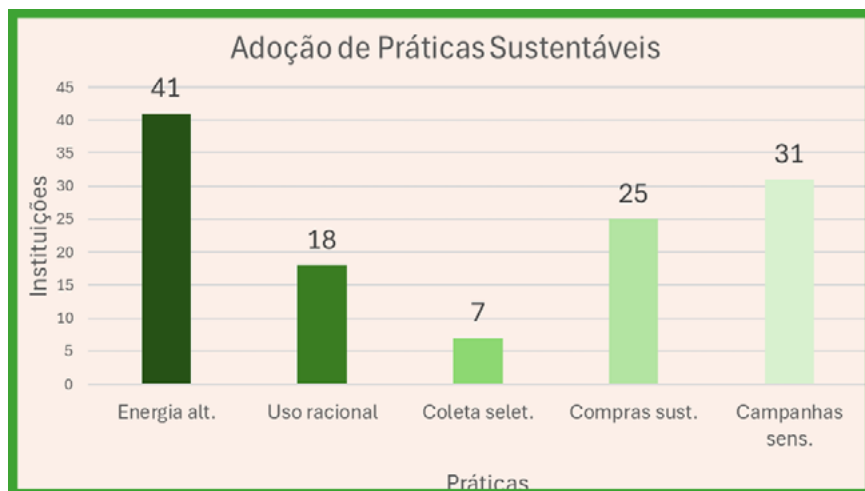


Fonte: IFMG, 2022.

1.6 Práticas de Sustentabilidade

As instituições da Rede Federal vêm desenvolvendo uma ampla gama de práticas de Sustentabilidade, abrangendo desde o uso de fontes de energia renovável até campanhas de educação ambiental. Essa variedade de iniciativas demonstra que a temática está sendo incorporada de forma transversal nas atividades institucionais, conforme evidenciado na Figura 4.

Figura 4 — Adoção de práticas sustentáveis.



Fonte: FDI/Conif e Assistec Inova, Setec/MEC, 2025.

Uma das práticas mais estabelecidas na Rede Federal é o uso de fontes de energia alternativa. Todas as 41 instituições participantes (100%) utilizam algum tipo, sendo a energia fotovoltaica a fonte predominante. Este resultado representa um avanço significativo na redução da dependência de fontes não renováveis e na diminuição da pegada de carbono das instituições.

Os dados sobre capacidade instalada de energia fotovoltaica variam amplamente entre as instituições, com algumas possuindo usinas de pequeno porte (entre 15 e 50 kWp) e outras com sistemas mais robustos (superiores a 500 kWp). Diversas instituições também informaram estar em processo de instalação ou ampliação de suas usinas, indicando uma tendência de crescimento dessa prática.

No que se refere ao uso racional da água, 18 instituições (44%) possuem planos e ações estruturadas, enquanto 23 instituições (56%) ainda não implementaram iniciativas formais nessa área. Essa lacuna representa uma oportunidade importante para ampliação das práticas de gestão hídrica, considerando a relevância desse recurso e os desafios crescentes relacionados à escassez de água em diversas regiões do país.

A gestão de resíduos sólidos apresenta diferentes estágios nas instituições:

- 7 instituições (17%) possuem Programa de Coleta Seletiva conforme o Decreto nº 10.936/2022, com destinação prioritária a cooperativas de catadores;
- 11 instituições (27%) encontram-se em fase de implantação;
- 23 instituições (56%) ainda não possuem programa estruturado.

Entre as instituições que não possuem programa formal de coleta seletiva, várias relataram iniciativas informais, como separação de resíduos em pontos específicos, parcerias pontuais com cooperativas, projetos de compostagem e ações de redução de desperdício de alimentos.

Quanto ao Plano de Gerenciamento de Resíduos, observa-se que algumas instituições possuem planos sistematizados, mas muitas ainda carecem desse instrumento fundamental para a gestão adequada dos diferentes tipos de resíduos gerados nas atividades acadêmicas e administrativas.

Em termos de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), observa-se que poucas instituições possuem planos estruturados, indicando que essa área ainda é pouco desenvolvida na Rede Federal. Considerando a urgência climática global e os compromissos nacionais de redução de emissões, essa lacuna representa uma oportunidade estratégica para as instituições avançarem em inventários de emissões e planos de mitigação.

A adoção de práticas de compras sustentáveis, priorizando fornecedores que adotam políticas ambientais responsáveis, está presente em 25 instituições (61%). Essa prática é fundamental para ampliar o impacto da Sustentabilidade além dos limites institucionais, influenciando cadeias produtivas e incentivando o mercado a adotar práticas mais responsáveis.

As campanhas de sensibilização sobre responsabilidade ambiental para discentes, docentes e técnicos administrativos estão entre as práticas mais disseminadas, com 31 instituições (76%) promovendo esse tipo de ação. A alta

adesão demonstra o reconhecimento da importância da dimensão educativa da Sustentabilidade e do papel das instituições de ensino na formação de cidadãos conscientes.

No que tange à proteção da biodiversidade, há registro de ações como plantio de espécies nativas, manutenção de hortas, projetos de recuperação de áreas degradadas e iniciativas de educação ambiental relacionadas à fauna e flora locais.

Em termos de mobilidade sustentável, algumas instituições desenvolvem iniciativas de incentivo ao transporte público, programas de caronas solidárias e estímulo ao uso de bicicletas, embora essa prática ainda não esteja amplamente difundida na Rede Federal.

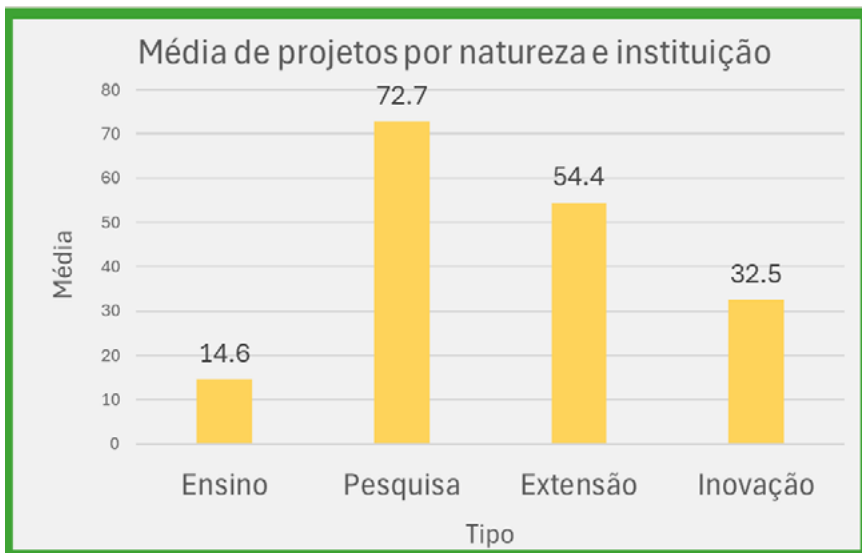
Quanto à integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no currículo acadêmico, várias instituições relataram ações específicas, incluindo disciplinas, projetos integradores, eventos e atividades transversais que abordam as temáticas dos ODS.

1.6.1 Relatórios de Sustentabilidade

A publicação de relatórios de Sustentabilidade ainda é uma prática incipiente na Rede Federal. Algumas instituições publicam relatórios anuais e outras incluem informações em seus relatórios de gestão, mas a maioria ainda não possui tal prática sistematizada.

1.6.2 Projetos de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação

As instituições da Rede Federal desenvolvem uma quantidade expressiva de projetos relacionados à Sustentabilidade, abrangendo as dimensões de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação. Esses projetos refletem a integração entre a formação acadêmica e a responsabilidade socioambiental, fortalecendo o compromisso institucional com o desenvolvimento sustentável, conforme evidenciado na Figura 5.

Figura 5 — Média de projetos por natureza e instituição

Fonte: FDI/Conif e Assistec Inova, Setec/MEC, 2025

Os projetos de Ensino representam iniciativas pedagógicas que incorporam a Sustentabilidade no processo de ensino-aprendizagem. A análise dos dados revela que as instituições desenvolveram, em média, 14,6 projetos relacionados à Sustentabilidade vinculados aos ODS em 2024. Algumas instituições se destacam pelo volume de ações, como o IFTM (115 projetos), IFMA (54 projetos), IFBA (35 projetos), IFB e IFSP (aproximadamente 20 projetos cada). Os projetos contemplam diferentes áreas temáticas:

- **Alimentação e agroecologia:** hortas escolares, aproveitamento integral de alimentos, produção orgânica;
- **Gestão de resíduos e economia circular:** reciclagem, reaproveitamento de materiais, logística reversa;
- **Energia e eficiência energética:** introdução a energias renováveis, eficiência no uso de recursos;
- **Biodiversidade e conservação ambiental:** plantio de espécies nativas, monitoramento de fauna e flora;

- **Inclusão e equidade:** valorização de saberes tradicionais, atenção a grupos sociais específicos

Os projetos de Pesquisa voltados à Sustentabilidade apresentam a maior média entre todas as modalidades, com média de 72,7 projetos por instituição em 2024. Algumas instituições se destacam pelo volume expressivo de pesquisas: IFF (340 projetos), Ifes (224 projetos) e IFTM (223 projetos). Os temas de pesquisa são diversificados e incluem:

- Desenvolvimento de tecnologias sustentáveis
- Estudos agroecológicos e manejo de recursos naturais;
- Eficiência energética e energias renováveis;
- Reaproveitamento de resíduos e economia circular;
- Qualidade da água e saneamento ambiental;
- Mudanças climáticas e redução de emissões;
- Inovação social e desenvolvimento territorial sustentável.

A amplitude e a diversidade dos projetos de Pesquisa refletem a transversalidade da Sustentabilidade nas instituições, integrando diferentes áreas do conhecimento e promovendo a formação científica e socioambiental de estudantes de graduação e pós-graduação.

Os projetos de Extensão em Sustentabilidade desenvolvidos em 2024 apresentam média de 54,4 projetos por instituição. Destacam-se instituições com expressivo volume de projetos: Cefet-RJ e IFMG (287 projetos cada), IF Goiano (194 projetos), IFSP (141 projetos) e IF Norte de Minas (110 projetos). As áreas temáticas dos projetos de Extensão são variadas e incluem:

- **Educação ambiental e cidadania:** oficinas, trilhas educativas, feiras, campanhas de conscientização;
- **Hortas escolares e urbanas:** laboratórios vivos para educação ambiental e alimentação saudável;
- **Bioeconomia e aproveitamento de recursos naturais:** produção de adubos orgânicos, compostagem, plantas medicinais;
- **Preservação ambiental e recuperação de áreas degradadas:** restauração de matas ciliares, manejo de espécies nativas;

- **Economia circular e gestão de resíduos:** reciclagem, reaproveitamento de materiais, oficinas de artesanato sustentável;
- **Energias renováveis:** instalação de sistemas fotovoltaicos comunitários, educação em eficiência energética.

Os projetos de Extensão demonstram o compromisso das instituições com a Sustentabilidade, promovendo a integração entre a instituição de ensino e a comunidade e gerando impactos positivos concretos em diferentes contextos sociais e ambientais.

Os projetos de Inovação relacionados à Sustentabilidade apresentam média de 32,5 projetos por instituição em 2024. Entre as instituições com maior número, destacam-se: IF Goiano (340 projetos), Ifal (104 projetos), IFRN (83 projetos), IFRS (55 projetos) e IFPR (41 projetos). Observa-se que, em muitas instituições, informações sobre projetos de Inovação ainda estão em levantamento, não são registradas de forma sistemática ou se encontram agregadas a projetos de Pesquisa. Essa lacuna expõe a necessidade de aprimorar mecanismos de monitoramento e gestão dessa dimensão.

Apesar dessas limitações, o levantamento indica que a Rede Federal está promovendo ações significativas em Sustentabilidade, com iniciativas que variam em escala, foco e impacto, refletindo a diversidade de contextos regionais e institucionais.

1.6.3 Ofertas de Curso de Capacitação

A oferta de cursos relacionados à Sustentabilidade é um indicador fundamental do compromisso das instituições com a formação de profissionais capacitados para enfrentar os desafios socioambientais contemporâneos. Os cursos de Sustentabilidade capacitam estudantes para identificar, analisar e propor soluções para problemas ambientais, sociais e econômicos, preparando profissionais aptos a atender demandas crescentes em economia circular, energias renováveis, gestão de resíduos, eficiência energética e inovação ambiental.

Os dados revelam que 36 das 41 instituições oferecem cursos na área, totalizando 259 *campi* com oferta. A média de *campi* por instituição é de 7,2 com variação entre 1 e 19 *campi*, dependendo do porte e da distribuição geográfica de cada instituição.

Entre as instituições com maior número de *campi* oferecendo cursos de Sustentabilidade destacam-se: IFPR (19), IFMA e IFPA (17 cada), IFF e IF Goiano (12 cada), IFSP (11) e Ifam, IFBA, IFRO e IF Sudeste de Minas (10 cada). As modalidades oferecidas são diversificadas, abrangendo:

- Nível técnico - modalidade integrada;
- Nível técnico - modalidade subsequente;
- Nível superior de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnologia);
- Nível superior de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado);
- Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC).

A diversidade de modalidades demonstra que a Sustentabilidade está sendo incorporada em diferentes níveis de formação, desde a educação técnica até a pós-graduação *stricto sensu*. Entre os cursos técnicos mais frequentemente oferecidos na área, destacam-se:

- Técnico em Meio Ambiente (modalidades integrada e subsequente);
- Técnico em Agroecologia;
- Técnico em Agropecuária;
- Técnico em Saneamento;
- Técnico em Sistemas de Energia Renovável;
- Técnico em Alimentos;
- Técnico em Florestas;
- Técnico em Geoprocessamento.

Alguns institutos também oferecem cursos técnicos específicos em áreas como Biotecnologia, Nutrição e Dietética, Paisagismo, Guia de Turismo e Mineração, os quais possuem interfaces relevantes com a Sustentabilidade. Na graduação, os cursos mais comuns incluem:

- Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária;
- Tecnologia em Gestão Ambiental;
- Tecnologia em Gestão de Energia e Eficiência Energética;
- Licenciatura em Ciências Biológicas;

- Bacharelado em Agronomia;
- Bacharelado em Engenharia Florestal;
- Bacharelado em Zootecnia;
- Licenciatura em Geografia;
- Arquitetura e Urbanismo;
- Tecnologia em Alimentos.

Essas formações são essenciais para preparar profissionais capacitados a atuar em diferentes setores relacionados à Sustentabilidade, desde a gestão ambiental em empresas e órgãos públicos até a pesquisa e a educação.

Na pós-graduação, observa-se oferta de cursos de Especialização (*lato sensu*):

- Especialização em Meio Ambiente;
- Especialização em Educação Ambiental;
- Especialização em Sustentabilidade Urbana;
- Especialização em Saneamento Ambiental;
- Especialização em Gestão Ambiental;
- Especialização em Agroecologia.

Na oferta de cursos de Mestrado (*stricto sensu*):

- Mestrado em Sustentabilidade e Tecnologia Ambiental;
- Mestrado em Gestão Ambiental;
- Mestrado em Ciências Ambientais;
- Mestrado em Energia e Sociedade;
- Mestrado em Biodiversidade e Conservação;
- Mestrado em Engenharia Aplicada e Sustentabilidade;
- Mestrado em Conservação de Recursos Naturais do Cerrado.

Algumas instituições também oferecem programas de doutorado, como o doutorado em Biotecnologia e Biodiversidade. Já os cursos FIC representam uma modalidade importante para capacitação rápida e específica. Entre os cursos oferecidos, destacam-se:

- Agente de Gestão de Resíduos Sólidos;
- Auxiliar de Agroecologia;
- Horticultor Orgânico;
- Agente Ambiental Indígena;
- Produtor de Olerícolas;
- Manejo Adequado da Água;
- Compostagem e Vermicompostagem.

Quando considerado o quantitativo de vagas, matrículas e concluintes, embora nem todas as instituições tenham fornecido dados completos referentes a 2024, as informações disponíveis indicam formação expressiva de profissionais na área de Sustentabilidade. Alguns exemplos:

- **IFMG:** 1.361 vagas ofertadas, 3.046 matrículas, 376 concluintes;
- **Ifal:** 604 vagas, 666 matrículas, 277 concluintes; e
- **Ifap:** 1.650 vagas, 889 matrículas, 273 concluintes;

A oferta de cursos voltados à Sustentabilidade reforça a responsabilidade social institucional ao destacar o compromisso da organização com a educação para o desenvolvimento sustentável. Essa iniciativa amplia sua relevância social e acadêmica, fortalece a imagem institucional e consolida sua contribuição para o cumprimento de metas nacionais e internacionais de Sustentabilidade. Os dados apresentados demonstram o papel estratégico da Rede Federal na formação de profissionais qualificados para atuar em diversas dimensões da Sustentabilidade, contribuindo de maneira efetiva para o desenvolvimento sustentável do país.

Desta forma, o 2º Diagnóstico de Sustentabilidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica revela um cenário de avanços significativos, mas também de desafios persistentes na implementação de políticas e práticas de Sustentabilidade. Entre os avanços mais significativos, destacam-se:

1. Alta adesão às fontes de energia renovável: 100% das instituições utilizam energia alternativa, predominantemente solar fotovoltaica;
2. Compromisso institucional: 80% das instituições possuem compromisso explícito com a Sustentabilidade em sua missão, visão e/ou valores;

3. Estruturação organizacional: 59% das instituições possuem unidades formalizadas para gestão da Sustentabilidade;
4. Práticas educativas disseminadas: 76% promovem campanhas de sensibilização ambiental;
5. Volume expressivo de projetos: média de 72,7 projetos de Pesquisa, 54,4 de Extensão, 32,5 de Inovação e 14,6 de Ensino por instituição;
6. Formação profissional robusta: 259 *campi* oferecendo cursos na área de Sustentabilidade em diferentes modalidades.

Por outro lado, o diagnóstico evidencia desafios importantes que requerem atenção e ações estratégicas:

1. Formalização de Políticas de Sustentabilidade: apenas 44% das instituições possuem política formal, com disparidades regionais significativas;
2. Implementação de PLS: várias instituições ainda não possuem Plano de Logística Sustentável, e a maioria dos planos existentes não está alinhada à Portaria Seges/MGI nº 5.736/2023;
3. Baixa adesão à A3P: apenas 7% das instituições implementam o programa da Agenda Ambiental na Administração Pública;
4. Gestão de resíduos incipiente: apenas 17% possuem Programa de Coleta Seletiva conforme Decreto nº 10.936/2022;
5. Ausência de planos de redução de GEE: poucas instituições possuem planos estruturados para redução de emissões de gases de efeito estufa;
6. Gestão hídrica limitada: apenas 44% possuem planos e ações para uso racional da água;
7. Baixa publicação de relatórios: a maioria das instituições não publica relatórios de Sustentabilidade sistematizados;

O diagnóstico também revela oportunidades estratégicas para fortalecer a Sustentabilidade na Rede Federal:

1. Padronização e compartilhamento de boas práticas: criar mecanismos de cooperação entre instituições para disseminar experiências exitosas;
2. Capacitação e apoio técnico: oferecer formação específica para gestores de Sustentabilidade e equipes responsáveis;

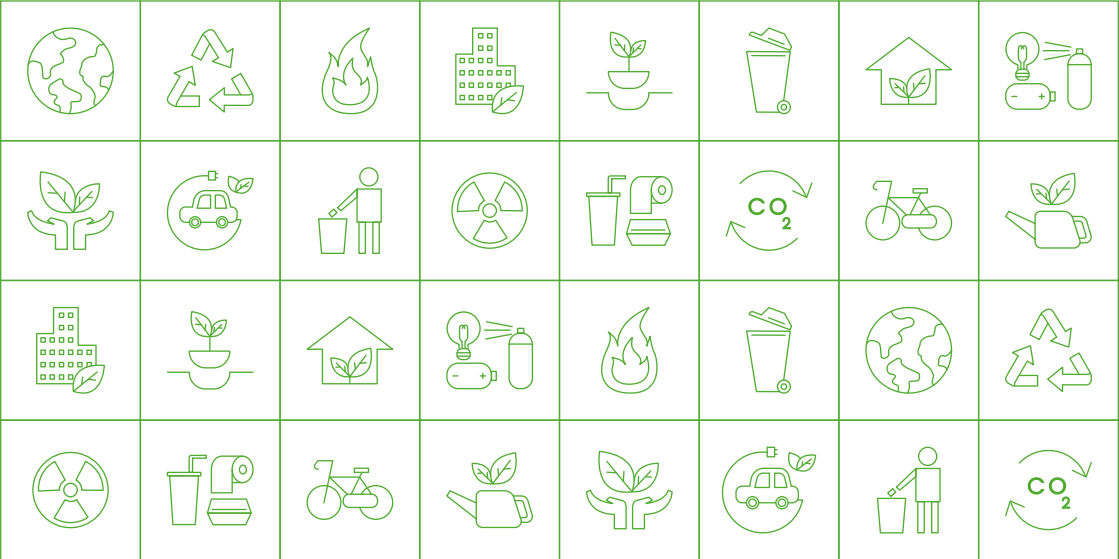
3. Atualização de instrumentos de planejamento: apoiar instituições na elaboração e revisão de Políticas de Sustentabilidade e Planos de Logística Sustentável alinhados às normativas atuais;
4. Fortalecimento do monitoramento: implementar sistemas de indicadores e relatórios de Sustentabilidade padronizados;
5. Ampliação da adesão à A3P: fomentar a participação das instituições no programa nacional de responsabilidade socioambiental;
6. Integração regional: promover ações coordenadas que considerem as especificidades e desafios de cada região;
7. Fortalecimento da economia circular: ampliar práticas de gestão de resíduos, compostagem e reaproveitamento de materiais;
8. Desenvolvimento de inventários de emissões: estabelecer metodologias para cálculo e monitoramento da pegada de carbono institucional;

Pelo exposto, o presente diagnóstico contribui para orientar a tomada de decisão estratégica nas instituições da Rede Federal e nos órgãos de coordenação do sistema. As informações permitem identificar lacunas, reconhecer boas práticas, estabelecer referências e direcionar investimentos e políticas de apoio. Para que a Rede Federal efetive a Sustentabilidade como eixo transversal de sua atuação, é fundamental que haja:

- Compromisso da alta gestão com a priorização da agenda socioambiental;
- Alocação de recursos financeiros, humanos e materiais para implementação das políticas;
- Integração sistêmica entre planejamento estratégico (PDI), logística (PLS) e práticas cotidianas;
- Participação ativa de toda a comunidade acadêmica (gestores, docentes, técnicos e estudantes);
- Articulação interinstitucional para troca de experiências e construção coletiva de soluções;
- Acesso a recursos que promovam a Sustentabilidade na Rede Federal de EPCT.

A Sustentabilidade não é apenas uma exigência legal ou uma tendência global; é uma necessidade urgente e uma responsabilidade institucional das instituições públicas de educação. A Rede Federal, com sua capilaridade na-

cional, seu compromisso com a educação transformadora e sua capacidade de inovação, tem potencial único para liderar pelo exemplo, formar cidadãos conscientes e contribuir decisivamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e para a construção de um futuro mais justo, equitativo e ambientalmente equilibrado.



2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O 2º Diagnóstico de Sustentabilidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica evidencia um cenário de avanços estruturais relevantes, ao mesmo tempo em que revela assimetrias institucionais que demandam ação coordenada e estratégica. A consolidação do compromisso com a Sustentabilidade na missão institucional da maioria das instituições, o uso de fontes de energia renovável e o expressivo volume de projetos de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação demonstram que a Sustentabilidade já se configura como eixo estruturante da atuação da Rede.

Entretanto, os dados indicam que a institucionalização da Sustentabilidade ainda carece de homogeneidade, especialmente no que se refere à formalização de Políticas de Sustentabilidade, à implementação e atualização dos Planos de Logística Sustentável (PLS), à adesão à A3P e à efetivação de instrumentos de monitoramento, como inventários de emissões, planos de gestão hídrica e

programas de gestão de resíduos. Essas lacunas representam oportunidades estratégicas de amadurecimento e integração sistêmica.

O diagnóstico aponta a necessidade de um movimento articulado de fortalecimento da governança socioambiental, com indução institucional diferenciada conforme o nível de maturidade de cada instituição. A criação de mecanismos permanentes de cooperação interinstitucional, a padronização de indicadores, o compartilhamento de boas práticas e o apoio técnico continuado podem acelerar a convergência entre planejamento estratégico (PDI), logística sustentável (PLS) e práticas operacionais.

Além disso, a capilaridade nacional da Rede Federal e sua atuação formativa em Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação posiciona as instituições como protagonistas na formação de competências verdes, na difusão da economia circular, na inovação tecnológica sustentável e na promoção da justiça socioambiental nos territórios onde estão inseridas. O fortalecimento dessa agenda reforça não apenas o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mas também o papel estratégico da Rede na transição ecológica brasileira.

Assim, mais do que um retrato situacional, este diagnóstico constitui um instrumento orientador para o aprimoramento contínuo das políticas e práticas institucionais. O compromisso demonstrado pelas 41 instituições participantes sinaliza avanços institucionais e disposição coletiva para avançar. A Sustentabilidade, portanto, deve ser consolidada como eixo transversal permanente da gestão, da formação profissional e da inovação, reafirmando o compromisso da Rede Federal com um desenvolvimento nacional inclusivo, resiliente e ambientalmente responsável.

Assistec
Inova



INSTITUTO FEDERAL
Espírito Santo



CONIF
CENTRO NACIONAL DE INOVAÇÃO EM FÍSICA

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO